

A Casa de Cultura Ney Alberto e os contornos do patrimônio e da história regional

The Casa de Cultura Ney Alberto and the surroundings of the heritage and regional history

Natália Oliveira de Assis*

<https://orcid.org/0009-0000-1210-055X>

Amália Dias**

<https://orcid.org/0000-0003-3112-9301>

Resumo

Analisa-se, neste artigo, as iniciativas culturais produzidas a partir da Casa de Cultura Ney Alberto, equipamento cultural da prefeitura municipal da cidade de Nova Iguaçu, na formação de uma memória coletiva sobre a história e a cultura da cidade. Inaugurada em 2004 e localizada em uma área central do município, a Casa de Cultura ocupa um casarão da década de 1930, que funciona como uma galeria de arte onde são realizadas exposições gratuitas. Tendo como referência as discussões da área da sociologia, da antropologia e da história sobre o fenômeno da memória coletiva, a análise parte do processo de transformação do imóvel em um equipamento cultural, entendido como processo de patrimonialização, e das narrativas presentes nos catálogos de exposições que ocorreram entre os anos de 2019 e 2022. Como resultado, compreendemos essas ações enquanto produtos de um enquadramento da história regional promovido pela intervenção de atores pertencentes às elites dirigentes iguaçuanas – do passado e do presente –, com vistas à conformação de uma história oficial sobre Nova Iguaçu, vinculada a seus interesses e atuações políticas, econômicas e culturais.

Palavras-chave: Casa de Cultura Ney Alberto; Catálogos de exposição; Patrimônio Cultural; História regional; Nova Iguaçu.

*Doutoranda e Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). Email: natalia.assis.edu@hotmail.com

**Professora titular do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Membro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias (PPGEC FEBF/UERJ). Email: amaliadias@gmail.com

Abstract

This article analyzes the cultural initiatives produced by the Casa de Cultura Ney Alberto, a cultural facility run by the municipal government of Nova Iguaçu, and their role in shaping a collective memory about the city's history and culture. Opened in 2004 and located in a central area of the city, the Casa de Cultura occupies a 1930s mansion that functions as an art gallery, hosting free exhibitions. Drawing on discussions from sociology, anthropology, and history on the phenomenon of collective memory, the analysis focuses on the process of transforming the building into a cultural facility, understood as a process of heritage-making, and the narratives present in exhibition catalogs from 2019 to 2022. As a result, we understand these actions as products of a framing of regional history promoted by the intervention of actors belonging to the ruling elites of Nova Iguaçu – both past and present – with a view to shaping an official history of Nova Iguaçu linked to their political, economic, and cultural interests and activities.

Keywords: Casa de Cultura Ney Alberto; Exhibition Catalogs; Cultural Heritage; Regional History; Nova Iguaçu.

Introdução

Apresentamos uma investigação sobre as narrativas produzidas a partir da Casa de Cultura Ney Alberto, localizada no centro da cidade de Nova Iguaçu (RJ), de modo a apreender as ações voltadas para a formação e preservação de uma memória coletiva sobre a história, a cultura e a sociedade iguaçuana produzidas neste local. Ocupando um casarão construído na década de 1930, desde 2004 o espaço físico é utilizado para a promoção de exposições, entre outras atividades artísticas e culturais para a população, demarcando seu uso e nomeação enquanto um equipamento cultural pela prefeitura da cidade. A investigação foi empreendida a partir da dimensão histórica do prédio que a Casa ocupa e com base na análise de seis catálogos, referentes a exposições sobre a história e a cultura local, realizadas na Casa de Cultura entre os anos de 2019 e 2022¹.

A partir do campo da historiografia sobre a Baixada Fluminense, investigamos as ações acerca da história regional, do patrimônio e da memória realizadas pelo poder executivo municipal, na formação de quadros sociais de referência para a memória coletiva local. Utilizamos como aporte teórico as discussões dos campos da Sociologia, da Antropologia e da História, abordando a dimensão social da memória e a atuação dos grupos sociais na

¹ As exposições analisadas a partir dos catálogos estão listadas no quadro 1.

conformação da memória coletiva com base a produção do sociólogo Maurice Halbwachs e dos historiadores Michael Pollak e Jacques Le Goff; bem como as discussões sobre patrimônio cultural orientadas pela noção antropológica de cultura, conforme apresentado por Maria Cecília Londres Fonseca, que será aprofundada mais à frente.

Buscamos explorar o complexo social da memória pelo qual o trabalho de construção e reconstrução da memória é realizado, abordando os contextos sociais, políticos e econômicos, além dos valores, sentidos e representações a partir dos quais essa re/construção é/foi operada ao longo da história e da historiografia do território, situado na área metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Ao considerar as intervenções de atores das elites locais do presente e do passado da cidade na produção dessas narrativas, compreendemos a transformação do prédio em equipamento cultural e os catálogos como produtos do trabalho de “enquadramento da memória”, conforme discutido por Michael Pollak ao abordar os processos e os atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização de memórias a partir dos materiais fornecidos pela história². Constituinto-se como quadros sociais da memória³ a partir dos quais os indivíduos acessam os acontecimentos passados sobre o território, essas narrativas orientam a produção da lembrança/ esquecimento, de acordo com os interesses desses grupos. A dialética entre o lembrar e o esquecer, imbricada no processo de constituição da memória, é compreendida a partir das ações dos grupos dominantes, que orientam silêncios e esquecimentos a fim de manipular a memória coletiva, conforme apontado por Le Goff⁴.

Dadas as inter-relações entre memória e identidade apreendidas pelas referências adotadas⁵, também identificamos como essas políticas de memória promoveram a formação de um imaginário e de uma identidade sobre a cidade que justificaram intervenções econômicas e processos de revitalização do patrimônio cultural iguaçuano.

As discussões sobre o patrimônio cultural são realizadas em diálogo com o conceito de memória e com a historiografia sobre a Baixada Fluminense. Utilizamos o termo “referência cultural”, conforme apresentado por Fonseca,

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, v. 2. n. 3, p. 3-15.

³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos tribunais, 1990. 197p.

⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553p.

⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-215.

que define o patrimônio como bens e práticas sociais aos quais os indivíduos atribuem valor e sentido⁶. Para discutir o processo de patrimonialização da Casa, recorreremos à dinâmica de atribuição de valor e sentido na abordagem de sua transformação em equipamento cultural.

No que concerne à discussão sobre as exposições, refletimos sobre seus “princípios museológicos, educacionais e comunicacionais”⁷, tomando por base os trabalhos especializados das áreas da museologia e da expologia, partindo da produção do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e das autoras Marília Xavier Cury e Waldisa Guarnieri. A partir destes trabalhos, consideramos importante destacar o caráter narrativo das exposições⁸, associado à ação de contar a história por meios dos objetos e demais elementos expostos; atentamos ainda para sua dimensão enquanto “espaço de construção de valores”⁹, envolvido na musealização dos objetos expostos.

Nesse sentido, a relação com a dimensão do patrimônio cultural também é notada, já que, segundo Guarnieri, os objetos são musealizados e preservados a partir do processo de atribuição de significados que “entram para a nossa hierarquia de valores, ou seja, de simples ‘coisas’ (*res*) passam a *bens*, transfiguram-se em patrimônio (conjunto de bens) e em patrimônio cultural”¹⁰.

Entendemos os catálogos como “registros duradouros das exposições, eventos temporários”¹¹, que possibilitam a continuidade e a circulação das narrativas, objetos e valores exibidos e construídos na exposição; eles são compreendidos também como uma forma de escrita da exposição e, consequentemente, da história da cidade narrada por meio deles. As memórias sobre a história e a cultura de Nova Iguaçu, evocadas a partir das exposições, foram analisadas a partir da dialética entre o lembrar e o esquecer, imbricada

⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006. p. 85-95.

⁷ CURY, Marília Xavier. *Exposição - Concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 27.

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: IBRAM, 2017, p. 25.

⁹ Ibidem, p. 42.

¹⁰ GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira et al. (Orgs.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010, p. 152. Grifos da autora.

¹¹ MORESCHI, Marcelo Seravali. *A inclusão de “barroco” no Brasil: o caso dos catálogos*. 2004. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária. Universidade de Campinas, Campinas, Campinas, 2004, p. 143.

no caráter seletivo da memória e das exposições, e dos conflitos e disputas enredados na constituição dessa memória.

A apresentação da análise dos catálogos foi sistematizada a partir da interrogação sobre quais indivíduos, grupos, períodos históricos e aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais são evocados como constituintes da história e da cultura da cidade. Além disso, como recurso metodológico, as narrativas associadas aos catálogos e ao Casarão foram examinadas à luz de diversas produções sobre a historiografia local¹². Com base nessas produções, vemos emergir um compromisso do poder executivo com a escrita da história da região a partir de uma narrativa que exalta as elites em tempos considerados áureos, sonhando protagonismo às classes populares e à historiografia acadêmica, escolha presente também nos catálogos.

A investigação do processo de formação e preservação de memórias, tendo a cidade de Nova Iguaçu como posição de análise, implica, para além de um recorte espacial/geográfico, a compreensão da região estudada “como processo e resultado de operações políticas e, por que não, acadêmicas, que fundam essa mesma realidade e condicionam o modo de seu entendimento”¹³. O uso dos planos local, regional, nacional e internacional como posição de análise, conforme proposto por Luciano Faria Filho, possibilita a produção de uma inteligibilidade dos fenômenos estudados a partir das dinâmicas sociais, culturais e políticas que compõem o território. Como resultado dessa operação teórico-metodológica, identificamos os contornos da história regional que resulta das ações patrimoniais e das exposições produzidas na Casa de Cultura Ney Alberto.

¹² Os trabalhos: BEZERRA, Nielson Rosa. A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense. In: NASCIMENTO, Álvaro; BEZERRA, Nielson (Orgs.). *De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 85-104. DIAS, Amália. O centenário e a “vocação agrícola” de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramento da história. In: BEZERRA, Nielson; NASCIMENTO, Álvaro (Orgs.). *De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 129-152. LAURENTINO, Eliana. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. Tese, Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. 250p.

¹³ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação e História Regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. (Orgs.). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 72.

O casarão da cidade-perfume (1930-2004)

A Casa de Cultura Ney Alberto fica na Rua Getúlio Vargas, n.º 31, no Centro de Nova Iguaçu, próxima à estação de trem. Integra o Complexo Cultural Mário Marques junto a outros três espaços artístico-culturais: o Teatro Sylvio Monteiro e a Biblioteca Cial Brito, localizados no Anexo, construído em 2003, e o Quintal das Artes, que fica em uma área externa. A Casa de Cultura ocupa um casarão construído na década de 1930 como residência do citricultor italiano Ângelo di Gregório e família, sendo a parte mais antiga do Complexo, enquanto o Anexo é a parte mais contemporânea. As obras no casarão foram feitas por meio de restaurações que visam preservar a arquitetura original da residência: campainha, portas, janelas, os materiais de origem italiana como os vitrais e até mesmo as pinturas da época, com afrescos italianos. A cor da parte externa também é a mesma da década de 1930 (ver figura 1).

Figura 1: Casa de Cultura Ney Alberto.



Fonte: Site da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu¹⁴.

Segundo Silva, a inauguração como equipamento cultural ocorreu em 30 de setembro de 2004, na gestão do então prefeito Mário Marques (2002-2004), sob o nome de Casa de Cultura Nova Iguaçu. Em períodos anteriores, o prédio também abrigou uma clínica médica, o Colégio Centro de Educação

¹⁴ Disponível em: <https://semcultnovaiguacu.wixsite.com/semcult/services-8>. Acesso em: 03/04/2026.

Rio de Janeiro e o Fórum da cidade. Após a inauguração em 2004, o espaço passou por uma série de reformas e reinaugurações, com mudanças no nome de acordo com o interesse de diferentes gestões¹⁵. No início de 2023, o espaço foi revitalizado, sendo reinaugurado sob o nome Complexo Cultural Mário Marques, como homenagem ao prefeito que o criou¹⁶.

A criação foi oficializada por meio do Decreto-lei nº 9.271 de 9 de janeiro de 2012, que também estabeleceu sua institucionalização e vinculação à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Nesse decreto foram estabelecidas as competências do espaço, a saber: a promoção e integração cultural da cidade; a oferta de oficinas culturais para a população; a produção e apresentação de espetáculos, exposições e debates; o uso em projetos do poder público e de particulares; e a alocação de órgãos estruturais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, temporariamente ou não¹⁷.

Utilizada como uma galeria de arte, onde são realizadas exposições gratuitas, a Casa de Cultura, que integra o Complexo, é composta por dois andares e oito salas nas quais são expostas as obras, sendo uma delas um espaço mais aberto, como uma varanda coberta. No segundo andar, localiza-se a Galeria Mauro Azevedo, em homenagem ao artista plástico Mauro Lemos de Azevedo, falecido em 2006, apresentado, na placa fixada na entrada da sala em sua homenagem, como grande reprodutor do patrimônio histórico de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, a partir da técnica bico-de-pena.

A atribuição do nome do historiador Ney Alberto Gonçalves de Barros à Casa de Cultura aconteceu em 2013, um ano após seu falecimento. Nascido em 27 de setembro de 1940, na cidade de Nova Iguaçu, Ney Alberto foi professor, historiador, pesquisador, compositor, poeta e escritor, sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), apresentado na placa em sua homenagem como um dos iguaçuanos mais ilustres e grande defensor da memória da Baixada Fluminense, o que demarca sua contribuição para a promoção e preservação da história da cidade.

¹⁵ SILVA, Amanda Lopes da. *A Casa de Cultura Ney Alberto e suas relações com identidade, lazer e o turismo*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Turismo) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016, p. 28-33.

¹⁶ Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2023/04/28/complexo-cultural-de-nova-iguacu-e-revitalizado-e-recebe-nome-do-ex-prefeito-mario-marques-criador-do-espaco/>. Acesso em: 13/05/2026.

¹⁷ SILVA, Amanda Lopes da. *A Casa de Cultura Ney Alberto e suas relações com identidade, lazer e o turismo*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Turismo) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016, p. 30-31.

A partir de informações verbais dadas por Nelson Freitas, secretário de cultura e turismo do governo Mário Marques, Silva também apresenta as motivações que levaram o então prefeito a escolher tanto a rua onde o equipamento seria construído quanto o imóvel a ser ocupado. Segundo a pesquisa de Amanda Silva, a escolha foi primeiramente pela rua, selecionada pelo prefeito devido a sua história e ao fato de ter sido inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas. A casa da família Di Gregório não era a primeira opção do prefeito Mário Marques, que tinha interesse em outra casa na mesma rua, considerada “por ser ampla, de arquitetura antiga e muito bonita, tinha um ótimo terreno e localização privilegiada com maior visibilidade em todos os sentidos da via”; contudo, as proprietárias não quiseram vender a residência. Sabendo dessa situação, Ney Alberto teria indicado a Nelson Freitas a casa da família Di Gregório. Após negociação com a família, a casa foi adquirida por meio de uma desapropriação amigável feita pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu em 12 de novembro de 2002¹⁸.

Sobre a valorização da Rua Getúlio Vargas, cabe destacar aqui os apontamentos trazidos por Maria Lúcia Alexandre, que aborda as ações dos agentes remanescentes da citricultura na formação da Arcádia Iguassuana de Letras em 1955, analisando a obra de dois árcades membros da instituição, Ruy Afrânio Peixoto e Deoclécio Dias Machado Filho, que influenciaram a construção da escrita da história do município. Na obra de Machado Filho, a autora aponta que ele, a partir de suas memórias, apresenta uma valorização da Rua Getúlio Vargas e dos personagens que viveram nela, pertencentes à elite, sendo o próprio autor também morador do local. Em relação à rua em questão, a autora reforça ainda sua relação com a elite da citricultura:

A rua descrita pelo árcade está localizada no centro do município de Nova Iguaçu até os dias atuais. Esse endereço reuniu as residências da elite agrária durante os anos 1920 e 1940, e teve sua formação constituída durante consolidação da citricultura na cidade. Ela foi delimitada pela linha férrea, de um lado a moradia das famílias “fundadoras” de Nova Iguaçu e do outro o centro comercial e moradores dos bairros mais proletários¹⁹.

¹⁸ SILVA, Amanda Lopes da. *A Casa de Cultura Ney Alberto e suas relações com identidade, lazer e o turismo*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Turismo) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016, p. 57-59.

¹⁹ ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. Nova Iguaçu segundo a literatura: as representações de uma cidade a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL-1955-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7, 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, p. 8.

Dessa forma, é interessante fazer notar como as ações anteriores das elites locais na instituição de uma narrativa sobre o distrito-sede do município reverberou – e continua reverberando – nas ações dos atores políticos locais em tempos mais recentes. Além da criação de um equipamento cultural na referida rua, preservando seu status e a importância histórica e cultural atribuída pelos remanescentes da elite citricultora, vale citar que outras intervenções e requalificações urbanas têm sido realizadas a partir das narrativas construídas sobre a história do município, com vista à manutenção da ideia de um “tempo áureo”. Essa “época de ouro” busca esmaecer as transformações ocorridas desde as emancipações territoriais da década de 1940²⁰, o fim da citricultura na década de 1950, o loteamento de terras e a migração de famílias de classes populares para a região no mesmo período.

Na formação da história e da sociedade iguaçuana, os usos da escrita da história pelas elites como forma de enquadramento da história e da memória local, de acordo com seus interesses políticos e econômicos, são conhecidos desde o livro de José Matoso Maia Forte²¹, publicado no contexto da comemoração do centenário do município de Iguazu em 1933, durante o governo do prefeito Sebastião de Arruda Negreiros. Segundo Dias, as produções e comemorações realizadas no contexto do Centenário produziram enquadramentos da memória e da história local pelos grupos dominantes locais, “engajados com a produção, beneficiamento e comercialização de laranjas”, principal atividade econômica do distrito-sede, com o intuito de construir um “consenso no campo cultural e social sobre a importância econômica daquela atividade”²².

Para a autora, “Ressurreição”, capítulo final do livro de Maia Forte, “evidencia o seu significado como produto das comemorações do centenário do município”²³. Nele, são abordados os progressos e o desenvolvimento da cidade do início do século XX até a década de 1930, com destaque para as riquezas agrícolas²⁴. Assim, o livro de Maia Forte apresenta uma narrativa sobre o passado colonial da cidade no intuito de promover uma identidade rural

²⁰ Chamada de cidade-mãe da Baixada Fluminense, a história do município de Nova Iguaçu se relaciona com a própria história da região. Até a década de 1940, o território do município abrangia o que hoje são os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. As emancipações desses municípios ocorreram entre 1943 e 1999.

²¹ A obra *Memória da Fundação de Iguassú. Comemorativa do Centenário da Villa Iguassú em 15 de janeiro de 1833*.

²² DIAS, Amália. O centenário e a “vocação agrícola” de Iguau : operações de hegemonia e enquadramento da história. In.: BEZERRA, Nielson; NASCIMENTO, Álvaro (Orgs.). *De Iguassú   Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 129.

²³ *Ibidem*, p. 145.

²⁴ *Idem*.

para o território, reforçando a “vocação” agrícola do município e projetando sua continuidade para o futuro²⁵. Na década de 1930, a “vocação” agrícola da cidade era defendida a partir da citricultura, introduzida pelo governo de Nilo Peçanha. A recuperação econômica e a modernização da cidade eram veiculadas pelos jornais locais como aspectos ligados à citricultura, reforçando a importância dessa atividade econômica.

Outra análise, realizada por Laurentino, assinala que esses primeiros escritos sobre o passado da cidade relacionavam-se também à criação de uma identidade para o território, visando superar a invisibilidade da região em relação à cidade do Rio de Janeiro, o que reforça o uso dessa ferramenta para a criação de uma identidade regional a partir das demandas políticas e econômicas do período²⁶. Essa identidade é criada ao destacar aspectos geográficos da cidade, efeito da forte influência da Geografia enquanto ciência que orientava os estudos e as produções sobre as histórias regionais. Nas palavras da autora:

Com ênfase nas condições geográficas, as produções representavam a importância da região para o transporte e a circulação de pessoas e mercadorias, ao passo que elaboravam uma referência identitária na perspectiva de se contrapor à condição complementar à cidade do Rio de Janeiro que, de acordo com a lógica centro e periferia, atribuiu uma invisibilidade à Baixada Fluminense²⁷.

Nesse sentido, a autora discute como as narrativas sobre os caminhos são recorrentes nas obras e destaca a importância das estradas, rios e linhas férreas para o desenvolvimento econômico da cidade em diferentes períodos históricos.

As escritas que se seguiram²⁸ reproduziram a mesma narrativa, apresentando uma ou outra mudança. Em geral, entre lembranças e esquecimentos apreendidos nessas obras, nos deparamos com uma historiografia que, sendo (re)produzida a partir de narrativas de sujeitos vinculados às elites

²⁵ Ibidem, p. 146.

²⁶ LAURENTINO, Eliana. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 250p.

²⁷ Ibidem, p. 83.

²⁸ A obra *Imagens Iguaçuanas* (1968) de Rui Afrânio Peixoto e as obras *A Mudança da Vila: História Iguaçuana* (1970) e *Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu* (1977) de Waldick Pereira.

dominantes, relaciona a história da região a sujeitos ilustres pertencentes a essa mesma classe, a seus interesses, vivências e ações políticas.

Conforme apreendido nas análises que se debruçaram sobre o estudo dessas obras²⁹, apresentando também uma delimitação temporal, a história regional construída por esses sujeitos abrange: a formação das freguesias no período colonial; a partir delas, a criação da Vila Iguassú durante o Império; a dinâmica social e econômica da Vila Iguassú em seus tempos áureos, com foco nos caminhos para escoamento de produtos; a decadência da Vila e a mudança da sede para Maxambomba, motivada pela construção da linha férrea; e um retorno aos tempos áureos a partir da citricultura. Seguindo a visão dos antigos proprietários rurais e saudosistas dos laranjais, a vida social da cidade após o fim da citricultura, carregada de uma representação negativa, não é levada em consideração.

Não à toa, considerando essas intervenções, a Vila de Iguassú – instituída como o ponto inicial da formação do município em 1833 – e a citricultura, que foi expressiva nas décadas de 1920 e 1930, figuram como as principais identidades/elementos históricos da cidade na narrativa do poder público. É recorrente a repetição da alcunha de “cidade-perfume”, referência ao cheiro agradável dos laranjais, relacionada ao passado econômico da cidade, preservado a partir dos símbolos oficiais como o hino e o brasão, em diversas narrativas sobre a história do município. No caso da Vila Iguassú, vemos a abordagem desse aspecto em grande parte das exposições que foram produzidas na Casa de Cultura, o que abordaremos a partir dos catálogos.

Nesse sentido, as narrativas veiculadas pelo casarão e pelos catálogos das exposições reiteram, em muito, essas memórias “oficiais”. A análise do prédio histórico que a Casa ocupa e dos catálogos de algumas das exposições que ocorreram entre os anos de 2019 e 2022 permite observar as continuidades e novas formas de escrita da história da região produzidas a partir do espaço.

Criada nos anos 2000, a Casa de Cultura, bem como todo o Complexo Cultural, expressa os processos de remodelação da cidade e os novos projetos

²⁹ BEZERRA, Nielson Rosa. *A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense*. In: NASCIMENTO, Álvaro; BEZERRA, Nielson (Orgs). *De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 85-104. DIAS, Amália. *O centenário e a “vocação agrícola” de Iguassú: operações de hegemonia e enquadramento da história*. In.: BEZERRA, Nielson; NASCIMENTO, Álvaro (Orgs). *De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 129-152. LAURENTINO, Eliana. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 250p.

políticos promovidos no território, atendendo a demandas culturais e econômicas. Instituída e gerida pelo poder público, a Casa de Cultura é compreendida como uma ação para a ressignificação da cidade, com a valorização e a potencialização da sua dimensão histórica e cultural. O caráter histórico do prédio e o seu uso como equipamento cultural pela prefeitura de Nova Iguaçu vão ao encontro das políticas governamentais de “reciclagem do patrimônio” a partir da implantação de centros culturais, visando à preservação de edificações antigas³⁰.

Segundo Kiefer, no contexto nacional, essas ações de restauração e reciclagem de edifícios em defesa do patrimônio histórico-arquitetônico datam do fim dos anos 1970, como resposta aos excessos de demolições promovidas durante a ditadura militar, tornando-se um forte mobilizador social na época³¹. Ainda de acordo com o autor, “junto com o vigor da proteção do patrimônio histórico veio a necessidade de elaboração de projetos de reaproveitamento desses edifícios”³², resultando em propostas de transformação dos imóveis em museus ou centros culturais.

Ainda que o edifício que a Casa ocupa não seja oficialmente tombado, entendemos que a sua criação – resultado de um processo de desapropriação legal, promovido pela prefeitura na escolha de um espaço a ser transformado em equipamento cultural – dialoga com esses processos de reaproveitamento dos prédios históricos. Sendo produtores de sentido, os representantes do poder público, envolvidos em sua criação, promovem a patrimonialização do edifício a partir da atribuição de valores ao imóvel enquanto “referência cultural” e histórica da cidade, resultando na valorização e na preservação da história ligada a esse espaço.

Assim, sendo consagrado como um “lugar de memória”, tal qual discutido por Pierre Nora³³, o espaço dá contorno e seleção ao “passado” da cidade, preservando aspectos da memória que se quer preservar, divulgar e lembrar. As obras no casarão foram feitas por restaurações, visando a preservação das características originais de sua construção nos anos 1930, com materiais importados da Europa. Por ter sido moradia do citricultor italiano Ângelo Di

³⁰ SILVA, Mario Fernandes da, et. al. A produção de teses e dissertações sobre centros culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, [S. l.], 2014, v. 8, n. 1, p. 79.

³¹ KIEFER, Flávio. De Edifício Força e Luz a Centro Cultural CEEE Erico Verissimo. *arq.urb*, 2008, n. 1, p. 21-47.

³² Ibidem, p. 23.

³³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.

Gregório, sua história está intrinsecamente ligada a esse personagem e ao contexto histórico e econômico da cidade.

Nessa abordagem da história de Nova Iguaçu, é possível apreender a continuidade de uma narrativa estabelecida pelas primeiras obras sobre a história da cidade, o que reforça a influência dessas obras na criação e consolidação de um quadro social da memória local e nos processos de patrimonialização. A própria história e a arquitetura do prédio engendram uma forma de escrever e narrar a história da cidade, permitindo a preservação e a valorização desses aspectos.

Apresentadas algumas narrativas promovidas a partir da Casa de Cultura, tendo como referência o prédio histórico, também cabe observar a continuidade do alinhamento e da disseminação dessa tradição historiográfica a partir dos conteúdos selecionados e ensinados nas exposições produzidas entre 2019 e 2022. Na análise dos catálogos, observamos a criação de novos suportes para a rememoração do passado da cidade.

Os catálogos das exposições e o enquadramento da história (2019-2022)

No quadro a seguir, elencamos os títulos dos catálogos que eram entregues ao público no contexto de visita da exposição, o período em que as exposições ficaram em exibição, o responsável pela curadoria e o número de páginas de cada catálogo.

Quadro 1: Exposições e Catálogos

Título da exposição e do catálogo	Período em exibição	Curadoria	Nº páginas do catálogo
“Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguassú – Séculos XVII, XVIII e XIX”	Junho a Setembro/ 2019	Marcus Monteiro	28 págs.
“Africanidades na Baixada Fluminense – A Contribuição do Negro na Formação da Identidade Brasileira”	Novembro 2019 a Janeiro 2020		28 págs.
“A cultura Tupi nas Terras do Guaguassú – Fragmentos da História Iguacuana da Pré-História ao Século XVI”	Setembro a Dezembro 2020		28 págs.
“Pesos e Medidas, Artes e Ofícios – A vida comercial da Vila de Iguassú”	Outubro a Novembro 2022		24 págs.
“A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba – Minas: 1822 - 2022”	Outubro a Novembro 2022		73 págs.
“Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Século XIX”	Novembro e Dezembro 2022	Cátia Helena	27 págs.

Fonte: Elaboração da autora com base nos catálogos e redes sociais da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu.

Como é possível observar já pelos temas e recortes temporais e espaciais apresentados nos títulos das seis exposições, é notável a influência do quadro social da memória local, formado pelas primeiras obras escritas sobre a história da cidade na narrativa dos catálogos, voltadas à Vila de Iguassú, à sua “opulência”, aos seus caminhos de escoamento da produção, do extrativismo e do tráfico de pessoas e aos demais aspectos do passado colonial/imperial. Assim, situamos a produção de exposições e seus respectivos catálogos como um modo de escrita da história regional, utilizado para dar continuidade a projetos de memória e patrimônio instituídos na cidade de Nova Iguaçu a partir do uso dos novos recursos de comunicação que são as exposições e os catálogos.

Curador de cinco exposições realizadas no período, Marcus Antônio Monteiro Nogueira é secretário de cultura do município de Nova Iguaçu,

ocupando o cargo desde janeiro de 2019. É historiador, colecionador e curador de arte, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)³⁴. Sua atuação como secretário de cultura e curador das exposições reitera o compromisso político da atuação do poder municipal em investidas na narrativa da história regional.

A partir das exposições do período, identificamos a significativa atenção do poder municipal na abordagem de aspectos da história regional, relacionados principalmente à Vila Iguassú. Nesse sentido, vale ressaltar que, para além das exposições, a atuação de Marcus Monteiro na produção da história regional é bastante reconhecida no cenário cultural e político do município de Nova Iguaçu, bem como de outros municípios da Baixada Fluminense. Segundo informações do site da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu, além de ser secretário de cultura da cidade, Monteiro foi também secretário de cultura do município de Nilópolis (1999-2000). No âmbito estadual, foi Superintendente Estadual de Cultura da Baixada Fluminense (2001-2002), diretor-geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) (2003-2009) e presidente do Conselho Estadual de Tombamento (2005-2009), cargos que voltou a ocupar entre os anos de 2017 e 2018. O secretário de cultura e curador está envolvido ainda em diversas ações de patrimonialização, restauração e revitalização de espaços e bens culturais da cidade. Dessa forma, a intervenção desse ator político na produção da história local é presença permanente e reconhecida.

Assim, cabe apontar que o uso de exposições/catálogos enquanto escritas da história da região por parte do curador também não é algo que se limita às exposições e ao recorte temporal apresentado na pesquisa. A partir do trabalho de Enne, vemos a atuação de Marcus Monteiro na produção do catálogo e na curadoria da exposição “Devoção e esquecimento – A presença do Barroco na Baixada Fluminense”, que ocorreu na Casa França-Brasil em 2001³⁵. Segundo Enne, essa exposição estava, no começo do século XXI, entre as “iniciativas fundamentais para a consolidação do atual contexto em que se está pensando e produzindo história e memória na ‘Baixada Fluminense’”³⁶. Essa exposição também é apresentada como “um marco na projeção do nome

³⁴ Informações retiradas do site da Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semcult/>. Acesso em: 13/05/2026.

³⁵ ENNE, Ana Lucia Silva. *Lugar, meu amigo, é minha Baixada: Memória, Representações Sociais e Identidades*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. 502p.

³⁶ *Ibidem*, p. 190.

da Baixada [Fluminense] associado a uma imagem positiva para a região”, promovendo ainda uma projeção e reconhecimento de Marcus Monteiro³⁷.

Morador de Nilópolis, descendente de uma família tradicional da região, sendo neto de barão, conforme frisado por ele mesmo em entrevista a Enne³⁸, Marcus Monteiro é ainda colecionador de arte e objetos históricos. Segundo reportagem do jornal O Globo sobre a exposição “Cartografia da Africanidade Brasileira: lugares, expressões, saberes e celebrações”, exibida na Casa França-Brasil em 2018 e da qual foi curador, seu acervo conta com mais de 30 mil peças³⁹. Algumas dessas peças foram utilizadas na composição das exposições e reproduzidas nos catálogos que analisamos, principalmente na exposição “Africanidades na Baixada Fluminense”, que contou com peças apresentadas na exposição realizada na Casa França-Brasil.

A historiadora e produtora cultural Cátia Helena da Silva é a curadora da exposição “Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Século XIX” (2022), realizada em comemoração ao bicentenário da independência. Outras atuações da produtora cultural em ações voltadas à difusão da história e da memória local podem ser vistas na curadoria da exposição “Ney Alberto: o guardião da memória” (2024), realizada pela empresa Art na Colina Cultural, pela qual a curadora é responsável⁴⁰. A exposição ocorreu na Casa de Cultura e foi inaugurada em setembro de 2024. Segundo informações contidas no catálogo, a exposição contou com patrocínio da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu (SEMCULT), da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG), do Ministério da Cultura e do Governo Federal, por meio de recursos da Lei Paulo Gustavo.

Outras atuações no mesmo sentido relacionam-se à produção de três filmes-documentários: “Expedição Estrada Real do Comércio – de Iguassú Velha à Santana das Palmeiras” (2024), no qual atuou na pesquisa, direção e produção executiva; “Nova Iguaçu – Cidade das águas” (2024), no qual atuou na direção e produção executiva; e “Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Séc. XIX” (2024), no qual também atuou na direção e produção executiva. Todos os filmes tiveram patrocínio da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, a partir da SEMCULT e da FENIG, sendo realizados com recursos municipais

³⁷ Ibidem, p. 196.

³⁸ Ibidem, p. 189.

³⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/exposicao-na-casa-franca-brasil-conta-historia-do-negro-no-rio-23215580>. Acesso em: 13/05/2026.

⁴⁰ Segundo informações de registro da empresa. Disponível em: <https://cnpj.biz/22356217000171>. Acesso em: 13/05/2026.

da Lei Paulo Gustavo, e foram lançados em outubro de 2024 no Teatro Sylvio Monteiro, que compõe o Complexo Cultural Mário Marques⁴¹.

Para além dos curadores, segundo a ficha técnica apresentada nos catálogos, as exposições contaram com uma equipe técnica composta por: coordenação geral, coordenação de apoio administrativo, monitoria, projeto educativo, museografia, fotografia, design gráfico, equipe de montagem e divulgação/comunicação, funções que aparecem em todas as exposições. No catálogo das exposições “Viajantes Estrangeiros na Baixada” e “A Estrada Real do Comércio”, a ficha técnica apresenta ainda a função de pesquisa e texto, que ficou sob responsabilidade de Marcus Monteiro nas duas produções. Esses catálogos são os que apresentam um maior volume de textos em relação aos outros catálogos analisados. As demais funções também são apresentadas com o nome da equipe/pessoa responsável, sendo possível perceber a participação de alguns membros da equipe, como o responsável pela museografia, em todas as exposições realizadas pela prefeitura. Ao identificar esse conjunto de agentes envolvidos na produção e execução das exposições, podemos destacar a atuação e a função do curador, enquanto principal responsável pela definição do conteúdo das exposições⁴² e autor do texto de apresentação das exposições⁴³ – questão observada nos catálogos das exposições que analisamos.

No que concerne à realização e ao financiamento das exposições e catálogos, partindo das informações retiradas dos materiais, vemos que, com exceção da exposição “Viajantes Estrangeiros na Baixada”, realizada pela produtora Art na Colina Cultural, com patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, via edital “Retomada Cultural RJ 2”, as demais foram realizadas pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu em parceria com a SEMCULT e a FENIG. Os catálogos das exposições “Pesos e Medidas, Artes e Ofícios” e “A Estrada Real do Comércio” também apresentam o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha entre os responsáveis pela realização das exposições.

A exposição sobre a Estrada Real do Comércio, realizada em comemoração dos 200 anos de construção da estrada, finalizada em 1822, recebeu apoio de outras secretarias e órgãos públicos do município, materializado na

⁴¹ Informação retirada do material de divulgação dos documentários presente no Facebook da produtora. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArtnaColinaCultural>. Acesso em: 13/05/2026.

⁴² DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. 100p.

⁴³ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão. Brasília, DF: IBRAM, 2017. 88p.

publicação de um livro-catálogo que, em comparação com os demais catálogos, apresenta maior qualidade gráfica e de pesquisa. Segundo consta no catálogo, para além do apoio público, o projeto contou ainda com apoio privado, sendo “realizado em parceria com a Danone através do termo assinado em 01 de agosto de 2018”⁴⁴.

Os catálogos produzidos são as principais fontes de consulta para análise das narrativas sobre a história regional produzidas nas exposições. Além de fonte, os catálogos configuram-se também como objeto de estudo na investigação de ações que buscam formar e preservar a memória coletiva local a partir da utilização da Casa de Cultura Ney Alberto, como espaço de produção e difusão dessa memória. Entendemos ainda que, enquanto escritas das exposições, da história e da cultura, os catálogos possibilitam a consolidação e a durabilidade das narrativas produzidas pelas exposições, construindo-se como suporte à história e à memória local engendradas nesse processo. A seguir, apresentamos uma análise comparativa dos catálogos, abordando aspectos do material gráfico, da organização e da história regional inscrita nesses suportes.

A história de Iguassú entre capas, objetos, lembranças e esquecimentos

O catálogo da exposição “Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguassú – Séculos XVII, XVIII e XIX” tem 28 páginas no total, preenchidas com textos, imagens de objetos, entre outros, alguns deles exibidos na capa do catálogo, conforme a figura 2. Tendo como foco a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, então sede do território durante período abordado pela exposição, o catálogo traz imagens de utensílios domésticos presentes nos lares da Vila, entre os anos 1600 e 1891, quando da mudança da sede do município para Maxambomba, apresentando, portanto, uma narrativa que contempla 300 anos da vida doméstica na localidade. Segundo texto da apresentação do catálogo, “a ideia é mostrar como viviam os habitantes de Iguassú, especialmente o cotidiano dentro de seus lares”⁴⁵. A narrativa está organizada a partir dos seguintes títulos: Olhares sobre os lares; faianças

⁴⁴ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba - Minas: 1822 - 2022*. Nova Iguaçu, 2022b. 73p.

⁴⁵ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguassú – Séculos XVII, XVIII e XIX*. Nova Iguaçu, 2019a, p. 3.

portuguesas, porcelanas chinesas; louças inglesas; objetos de estanho; vidros; objetos de madeira; objetos de senzala e álbum de fotografias.

Figura 2: Capa do catálogo da exposição “Olhares sobre os lares”



Fonte: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU, 2019a.

O mesmo design de capa é seguido no catálogo da exposição “Africanidades na Baixada Fluminense – A Contribuição do Negro na Formação da Identidade Brasileira”, que também tem 28 páginas no total. Dividido em módulos, apresenta o seguinte roteiro: Arte africana; Cartografia; Comércio atlântico e tráfico humano; Celebrações e festas; Trabalho e sofrimento; e Abolição. Apresenta, também, diversos objetos, como máscaras, relicários e esculturas, como os presentes na capa do catálogo (figura 3), fazendo referência a diversos aspectos culturais, períodos históricos e territórios africanos. Outros objetos apresentados são os instrumentos de trabalho e de tortura, relacionados ao período colonial/escravista.

O aspecto mais contemporâneo aparece ao final do catálogo, na contracapa, com a apresentação dos nomes e das fotografias de algumas personalidades negras da Baixada Fluminense, o poeta Solano Trindade; o compositor e cantor João do Vale; a Ialorixá Mãe Beata; João Cândido, marinheiro líder da Revolta da Chibata, conhecido como Almirante Negro; o compositor e sambista Aniceto do Império; José Luiz do Espírito Santo, tradutor da obra de Allan Kardec; o Babalorixá Joãozinho da Goméia; entre outros. A apresentação

afirma o objetivo de “enaltecer e mostrar a importância da cultura africana” na região da Baixada Fluminense, tendo também como finalidade “atender às demandas de uma linha de ação cultural com a perspectiva de contribuir para fortalecer os laços de memória da população e valorizar a identidade cultural [...]”⁴⁶.

Figura 3: Capa do catálogo da exposição “Africanidades na Baixada Fluminense”



Fonte: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU, 2019b.

O catálogo da exposição “A cultura Tupi nas Terras do Guaguassú – Fragmentos da História Iguaçuana da Pré-História ao Século XVI” também tem 28 páginas. Realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Arqueologia, apresenta algumas peças do acervo dessa instituição. A narrativa está organizada nos seguintes tópicos: Pré-história da Baixada Fluminense – Síntese; Artefatos Líticos; Artefatos Cerâmicos; Aldeamentos Tupinambás nas terras Iguaçuanas; Artefatos Etnográficos; Franceses, portugueses e a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; Companhia de Jesus – Cruz e espada na conquista do território; e Redescobrimdo a cultura indígena no século XIX. O material é composto diversos elementos na construção das narrativas, imagens de objetos, gravuras, mapas entre outros. Tal como nos outros

⁴⁶ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: Africanidades na Baixada Fluminense – A Contribuição do Negro na Formação da Identidade Brasileira*. Nova Iguaçu, 2019b, p. 3.

catálogos apresentados, parte desses elementos também foram colocados na capa do catálogo.

O catálogo da exposição “Pesos e Medidas, Artes e Ofícios – A vida comercial da Vila de Iguassú” tem 24 páginas e tem como eixo central da narrativa a formação da Vila de Iguassú e os aspectos comerciais do território. Em suas páginas iniciais, apresenta a fundação, a vida comercial, os caminhos utilizados para o escoamento de mercadorias, objetos de trabalho, estabelecimentos locais e membros da elite política e econômica local, e o declínio da Vila de Iguassú. Também há uma seção retratando objetos relacionados às Artes e Ofícios e uma seção mostrando objetos relacionados aos Pesos e Medidas, alguns deles apresentados também na capa do catálogo. Segundo texto escrito pelo curador, a exposição “é mais uma das iniciativas da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu de resgatar, divulgar e valorizar a história, a memória e o Patrimônio Cultural Iguaçuano”⁴⁷.

Para a exposição “A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba - Minas: 1822 - 2022”, foi produzido um livro-catálogo que se diferencia dos demais catálogos pelo número de páginas, 73 ao todo, pela maior quantidade de textos escritos em sua composição e por ser o único a apresentar referências bibliográficas. Ele também apresenta dimensões maiores que os demais e apresenta outra composição gráfica na capa (figura 4). Outra diferença é a inserção da função de pesquisa e texto, que ficou sob responsabilidade do curador. A narrativa está organizada da seguinte maneira: Antecedentes Históricos; A Real Junta do Comércio, Agriculturas, Fábrica e Navegação do estado do Brazil e domínios ultramarinos; A Estrada Real do Comércio; A Vila de Iguassú; Tropas e tropeiros; Usos e costumes – objetos utilizados pelos tropeiros.

Além dos textos, o livro-catálogo traz elementos iconográficos, como mapas, imagens dos objetos e fotografias. A exposição e a produção do livro-catálogo foram realizadas em comemoração aos 200 anos da conclusão da obra da Estrada Real do Comércio, no ano de 2022. Segundo o curador, em texto na orelha do catálogo, a publicação do material teve por objetivo “contribuir para que publicações mais encorpadas surjam num futuro próximo”⁴⁸. Além do texto do curador, o catálogo também apresenta textos do ex-prefeito de

⁴⁷ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: Pesos e Medidas, Artes e Ofícios – A vida comercial da Vila de Iguassú*. Nova Iguaçu, 2022a, p. 7.

⁴⁸ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba - Minas: 1822 - 2022*. Nova Iguaçu, 2022b. 73p.

Nova Iguaçu, Rogério Lisboa (2016-2024) e do presidente do IHGNI, José Luís Teixeira.

Figura 4: Capa e catálogo da exposição “Estrada Real do Comércio”



Fonte: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU, 2022b.

Por fim, o catálogo da exposição “Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Século XIX”, produzida em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil, aborda as impressões dos viajantes estrangeiros que passaram pelo território da Baixada Fluminense durante o período em questão. O catálogo tem 27 páginas e nele também observamos uma maior presença de textos escritos. A pesquisa e o texto ficaram sob responsabilidade de Marcus Monteiro. A narrativa é construída a partir de textos que apresentem os viajantes, abordando suas percepções do território, trechos de seus escritos, gravuras de mapas da região e desenhos das paisagens locais.

Posto que “a periodização da história jamais é um ato neutro ou inocente”⁴⁹, importa observar o recurso às efemérides do bicentenário da Independência e da conclusão da Estrada Real como oportunidades de reafirmar, reapresentar, expor e produzir catálogos de temáticas e periodizações da história regional, monumentalizados nesse projeto da Secretaria de Cultura, que mobilizou até mesmo a concomitância de exposições montadas no espaço da Casa de Cultura. Nessa perspectiva, as atribuições de datas e períodos são atos de poder com vistas a demarcar unidades, permanências e rupturas. A

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 29.

periodização, enquanto recurso, é “artificial e provisória” e tem a dupla utilidade de “melhor controlar o passado, mas também sublinha a fragilidade desse saber humano que é a história”⁵⁰.

A análise dos catálogos deve estar atenta aos indivíduos, grupos, períodos históricos e aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais evocados como constituintes da história regional. Dessa forma, partindo desses aspectos, a narrativa predominante nos materiais, presente em 4 dos 6 catálogos, promove a permanência de uma cultura histórica na abordagem da história regional, iniciada com a colonização portuguesa no século XVI e que valoriza acontecimentos do século XIX. Entre eles, a construção da Estrada Real do Comércio, finalizada em 1822, e a elevação da Freguesia de Nossa Senhora de Iguassú à categoria de Vila, em 1833, ganham destaque em uma narrativa sobre o período proposto como de “progresso”. Tendo esses aspectos como ponto de partida para a abordagem e a rememoração da história da cidade, a narrativa dos catálogos, em sua maioria, é finalizada com o “declínio” da Vila de Iguassú e a transferência da sede do município para Maxambomba, em 1891.

Nessa narrativa sobre a “opulência” local, vemos uma ênfase nas condições geográficas, destacando-se a importância das estradas, dos rios e das linhas férreas para a circulação de mercadorias e o desenvolvimento econômico em diferentes períodos históricos. Com base nas análises da historiografia regional anteriormente apresentadas, observamos como essa abordagem reproduz os enquadramentos promovidos pelas primeiras obras sobre a história da cidade, que seguiam um regime historiográfico estabelecido em diálogo com a Geografia.

Em suma, nesses catálogos, a Vila de Iguassú recebe maior centralidade, com narrativas sobre seus aspectos sociais, econômicos, políticos e geográficos/ambientais. Ainda que, pelos recortes temáticos presentes nos catálogos, seja possível apreender uma certa diversidade em relação aos grupos apresentados, já que as narrativas trazem como referências diferentes etnias africanas, povos indígenas que ocuparam o território, trabalhadores livres e escravizados e membros da elite militar, política e econômica de Iguassú, são esses últimos que ganham destaque, principalmente os proprietários das fazendas e dos engenhos da região, e que aparecem relacionados aos “principais” elementos da história do município – Estrada Real do Comércio e Vila de Iguassú.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 29.

As exceções são os catálogos “A Cultura Tupi nas Terras do Guaguassú” e “Africanidades na Baixada Fluminense”, que apresentam temas, personagens, recortes temporais e/ou espaços diferentes daqueles evocados a partir do quadro social instituído nas primeiras produções historiográficas reproduzidas nos outros catálogos. Contudo, cabe destacar que o que parece inovar, partindo da centralidade dos povos indígenas e da população afro-brasileira, (re) produz subalternizações, observadas a partir do apagamento da contribuição desses grupos nas dinâmicas sociais e econômicas relacionadas à “opulência” da Vila de Iguassú, apesar da exploração do trabalho desses segmentos na produção e no transporte das mercadorias. Outros exemplos relacionam-se ainda ao excesso de objetos de tortura apresentados no catálogo como referência à história africana na região.

Dessa forma, nos enquadramentos da história de Nova Iguaçu produzidos pelos catálogos, apreendemos a permanência de uma narrativa centralizada na Vila de Iguassú e nos acontecimentos do século XIX, associados a um passado de “opulência” do território. Nesse quadro, é incutida a não participação, ou relevância, da população negra e indígena nessa história, sendo os proprietários de terra, políticos e militares os personagens de destaque.

Como suporte para a reconstrução dessas memórias/esquecimentos, os catálogos possibilitam que essas narrativas, símbolos e representações se mantenham nos meios sociais, (re)produzindo e transmitindo os valores e as ideologias hegemônicas que orientam os reconhecimentos, as seleções do que é digno de ser lembrado e do que pode ser esquecido. Além de (re)produzirem um enquadramento da história de Nova Iguaçu, que tem como base as primeiras obras escritas sobre o território, também promovem a formação e a preservação de um quadro social da memória local, atualizando a narrativa a partir de outros modos de escrita da história regional: as exposições e seus registros duradouros.

Importante salientar que, sendo produzidos pelo poder público municipal, esses catálogos e narrativas ganham uma certa legitimidade, contribuindo para a formação de uma cultura histórica que recebe orientações oficiais. Seguindo um projeto político, entendemos que, nas narrativas dos catálogos, o passado do território também é rememorado em relação aos interesses do presente. Assim, além de reforçarem uma história/memória única da cidade, relacionada aos interesses, às ações e às experiências de vida das elites dominantes do passado, essas narrativas também respondem/justificam demandas políticas atuais. Identificadas a partir das ações do poder público local junto

às recentes políticas culturais, em âmbito estadual e federal, essas demandas relacionam-se ao financiamento de projetos de restauração e à patrimonialização do espaço da Vila de Iguassú e da Estrada Real do Comércio.

Como exemplo, citamos a restauração do Conjunto Urbano da Extinta Vila de Iguassú, em 2020, realizada pela prefeitura municipal, com o apoio do INEPAC, visando à implementação do Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha, instituído por meio do artigo 2º do Decreto nº 12.789, de 22 de junho de 2022⁵¹. Em seu artigo 1º, o decreto cria também a Área Especial da Estrada Real do Comércio, que abrange toda a área da Vila, tombada pelo INEPAC, e os limites do sítio arqueológico registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – relacionado à Fazenda São Bernardino – com a “finalidade de preservar o patrimônio histórico, arqueológico e paisagístico”. Outro projeto é a revitalização de parte das ruínas da Fazenda São Bernardino para a criação do Museu Vila Iguassú, com apoio do IPHAN⁵².

Considerações finais

Ao analisarmos as intervenções das elites iguaçuanas na reconstrução política do passado do território de Nova Iguaçu a partir de seus interesses, difundindo valores e visões de mundo que incidem nos processos de formação e preservação de uma memória coletiva sobre a história regional, retomamos Le Goff ao apontar a manipulação da memória coletiva pelos grupos que detêm o poder, na fabricação de uma memória e uma história oficial para a manutenção de sua dominação⁵³. Dessa forma, atentamos ao caráter destruidor e uniformizador⁵⁴ da memória oficial relacionada aos grupos dominantes que, na formação de uma memória/história única sobre Nova Iguaçu, relega ao esquecimento a participação das classes populares na formação da história e da cultura da cidade ou, ainda, as inclui de forma subalternizada.

No enquadramento da memória, apreendido a partir das narrativas produzidas a pela Casa de Cultura, vemos a atuação do poder público municipal nos dois aspectos abordados – a transformação do antigo casarão em Casa de

⁵¹ NOVA IGUAÇU (RJ). *Decreto nº 12.789*. Cria a Área Especial que especifica, institui o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha e dá outras providências. 22 de junho de 2022. Nova Iguaçu, 2022.

⁵² Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/edificacoes-da-fazenda-sao-bernardino-em-nova-iguacu-rj-serao-restauradas>. Acesso em 13/05/2026.

⁵³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553p.

⁵⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, v. 2. n. 3, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 10/04/2023.

Cultura e os conteúdos dos catálogos das exposições ali realizadas. O Casarão, com os vestígios dos laranjais, é considerado memória da época de progresso econômico da região, ainda mais por estar localizado na Rua Getúlio Vargas, local de moradia das elites remanescentes da citricultura. Os catálogos, por sua vez, consolidam uma história/memória voltada à Vila de Iguassú e à sua “opulência” durante o período colonial, principalmente pela implementação da Estrada Real do Comércio.

A permanência de uma narrativa histórica que reproduz uma dicotomia entre os tempos “áureos”, relacionados ao passado rural/agrário, em oposição ao processo de loteamentos iniciado na década de 1950 e à consequente urbanização da cidade, marcas “de sua decadência”, promove a exclusão de grande parte da história da região, marcada pela migração de famílias da classe trabalhadora, negra e nordestina, pertencentes às camadas populares. Por ser um instrumento de poder, é importante evidenciar os usos da memória para reforçar – ou enfraquecer – identidades e lugares sociais na reprodução e manutenção da sociedade capitalista, justificando a dominação e o acúmulo de riquezas por parte das elites em diferentes contextos históricos.

Por fim, vale ainda apontar uma maior diversidade nas produções historiográficas sobre a cidade de Nova Iguaçu e demais municípios da Baixada Fluminense, graças aos campi de universidades públicas, museus comunitários e demais espaços e agentes que levantam novas temáticas e questionamentos aos documentos e às narrativas oficiais. Produção essa que poderia ter sido utilizada para subsidiar outras temáticas para as exposições, abordando outras versões da história regional. Contudo, a dificuldade de publicação e circulação dessas obras impossibilita uma maior capilarização dessas outras narrativas como forma de se contrapor à história/memória única de Nova Iguaçu, criada a partir das narrativas instituídas pelas elites que elegem o que e quem deve ser lembrado e o que e quem deve ser esquecido.

Referências

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. Nova Iguaçu segundo a literatura: as representações de uma cidade a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL-1955-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7, 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP. 11p. Disponível em: <https://www.gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Maria%20Lucia%20Bezerra%20da%20Silva%20Alexandre.pdf>. Acesso em: 20/10/2024.

ARTNACOLINA. *Catálogo de exposição: Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Século XIX*. Nova Iguaçu, 2022. 27p.

BEZERRA, Nielson Rosa. A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense. In: NASCIMENTO, Álvaro; BEZERRA, Nielson (Orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 85-104.

CURY, Marília Xavier. *Exposição - Concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2006. 162p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. 100p.

DIAS, Amália. O centenário e a “vocação agrícola” de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramento da história. In.: BEZERRA, Nielson; NASCIMENTO, Álvaro (Orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 129-152.

ENNE, Ana Lucia Silva. *Lugar, meu amigo, é minha Baixada: Memória, Representações Sociais e Identidades*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. 502p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação e História Regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. (Orgs.). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 57-66.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguassú – Séculos XVII, XVIII e XIX*. Nova Iguaçu, 2019a. 28p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: Africanidades na Baixada Fluminense – A Contribuição do Negro na Formação da Identidade Brasileira*. Nova Iguaçu, 2019b. 28p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: A cultura Tupi nas Terras do Guaguassú – Fragmentos da História Iguaçuana da Pré-História ao Século XVI*. Nova Iguaçu, 2020. 28p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: Pesos e Medidas, Artes e Ofícios – A vida comercial da Vila de Iguassú*. Nova Iguaçu, 2022a. 24p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. *Catálogo de exposição: A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba - Minas: 1822 - 2022*. Nova Iguaçu, 2022b. 73p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006. p. 85-95.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833. Typografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira et al. (Orgs.) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p. 203-210.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos tribunais, 1990. 197p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão. Brasília, DF: IBRAM, 2017. 88p.

KIEFER, Flávio. De Edifício Força e Luz a Centro Cultural CEEE Erico Verissimo. *arq. urb*, 2008, n. 1, p. 21-47. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/76/73>: Acesso em: 28/04/2025.

LAURENTINO, Eliana. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 250p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553p.

LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?*. São Paulo, Editora Unesp, 2015. 149p.

MORESCHI, Marcelo Seravali. *A inclusão de 'barroco' no Brasil: o caso dos catálogos*. 2004. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, Universidade de Campinas, Campinas, Campinas, 2004. 223p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NOVA IGUAÇU (RJ). *Decreto nº 12.789*. Cria a Área Especial que especifica, institui o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha e dá outras providências. 22 de junho de 2022. Nova Iguaçu, 2022.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1960.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja*. Rio de Janeiro: FGV/SEC, 1977.

PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila*. História Iguaçuana. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 10/04/2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-215. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 10/04/2023.

SILVA, Amanda Lopes da. *A Casa de Cultura Ney Alberto e suas relações com identidade, lazer e o turismo*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, 2016. 121p.

SILVA, Mario Fernandes da, et. al. *A produção de teses e dissertações sobre centros culturais*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, [S. l.], 2014, v. 8, n. 1, p. 78-98. DOI: 10.7784/rbtur.v8i1.610. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/610>. Acesso em: 14/01/2025.

Artigo recebido para publicação em 14/06/2026 e aprovado em 30/09/2026.